

SESSÕES DO PLENÁRIO

14ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de março de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO JOSEILDO RAMOS *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (57)

O Sr. PRESIDENTE(Joseildo Ramos):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Leitura do expediente.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado Targino Machado, comunicando sua ausência da sessão no dia 06/02/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Deputado Paulo Rangel, comunicando sua ausência das sessões nos dias 09, 10, 12 e 17/02/2014, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE(Joseildo Ramos):- Neste dia 12 de março de 2014, estamos abrindo a sessão em caráter ordinário aguardando a presença dos nobres Srs. Deputados para que haja a continuidade da presente sessão.

Gostaria de comunicar a todos que estiverem presentes na Casa para que nós dessemos continuidade no dia em que tivemos a oportunidade de movimentar a CPI da Telefonia com as presenças de vários técnicos da Secretaria da Infraestrutura, dos Srs. Deputados componentes da CPI da Telefonia, com vários dos seus assessores nas áreas jurídica, de comunicação, além de técnicos da Casa.

Discutimos uma matéria importante que versava sobre o encaminhamento da primeira oitiva da CPI da Telefonia que será a da Anatel que, na próxima quarta-feira, será inquirida pela CPI da Telefonia com base no Regimento da Casa, a fim de que ela passe informações importantes que digam respeito às normas de conduta, ao acompanhamento, a fiscalização, do sistema de telecomunicações do País.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE(Joseildo Ramos):- Concedo a palavra ao nobre e ilustre deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Galerias sempre é bom quando vemos uma Casa entusiasmada, trabalhando, essa ruma de deputados, praticamente é preciso aumentar as cadeiras, as galerias tomadas de pessoas, todos preocupados com os projetos do Estado. Vemos a euforia, a alegria dessa juventude, do povo da Bahia que vem até a Assembleia Legislativa porque tem interesse em ver os assuntos que são tratados aqui, a euforia das Sr^{as} e Srs. Deputados, a Casa cheia, muita preocupação com o povo baiano. Então eu fico alegre e à vontade para desejar a todos muita paz e tranquilidade.

Mas gostaria, Sr. Presidente, de continuar tratando dos níveis de violência que abate o nosso País, a nossa nação. E aí é claro que não darei vazão aos discursos políticos de alguns companheiros, às vezes, da Oposição que não medem, inclusive, os níveis da violência do outro governo, os tempos passados, e esquecem de que também tivemos tempos ruins, sem investimento nenhum na segurança pública e que este governo administra, é claro, reflexos das irresponsabilidades de governos do passados que não deram atenção à juventude, aos adolescentes e, portanto, não criaram acesso ao lazer, ao esporte e, muito menos, à educação. Um povo que não tem perspectiva de vida fica refém de ser também acolhido por aqueles que têm índole criminoso no nosso Estado. Costumo dizer que os bandidos do governo Jaques Wagner, os estupradores, os traficantes, os assassinos, toda marginalidade do governo Jaques Wagner ainda vai completar oito anos de idade. Tem alguns que ainda podem estar tomando mamadeira, usando bico e calça enxuta. Mas, a partir de sete anos e seis meses, todo bandido, criminoso, traficante, estuprador, desgraça e miséria tem um outro pai, tem como pai outros políticos, outros governantes. É muito fácil fazer proselitismo com um problema que aflige a Nação inteira, que é o descontrole na segurança pública. Portanto, isso não é coisa do governo do PT. Não podemos ser

insanos e cometermos o risco da insanidade fazendo politicagem com coisa séria. Mas não poderia, Sr. Presidente, deixar de registrar nesta Casa a minha insatisfação com esses governos federais, e aí também com o governo Dilma, sim, na área de segurança pública. Porque não é justo termos ministérios criados até para acomodar partidos políticos e não se criar um ministério para tratar da segurança pública. Sem segurança pública, sem polícia nas ruas, sem profissionais de segurança em tudo quanto é canto, não adianta porque a educação vai parar, a saúde vai parar, o comércio para, as indústrias param, nada se move nesta Nação. E por que quando morre um jornalista, fala-se de violência? Quando morre uma autoridade, fala-se de violência? Daqui a uns dias, do jeito que vai, vai se criar um ministério para lavar os cavalos dos senhores presidentes da República. E não se cria nesta Nação um ministério de segurança pública capaz de federalizar as polícias, capaz de melhorar o salário dos policiais militares.

Para concluir, Sr. Presidente, para não gastar vossa voz tão bonita, continuo afirmando que uma vez sendo criado um ministério de segurança pública unifica-se o comando das polícias, federaliza-se as polícias e o salário haverá de ser melhorado. Encerro meu pronunciamento por causa do número de companheiros e companheiras que ainda precisam falar em benefício desta Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Agradeço pela compreensão, nobre deputado Pastor Sargento Isidório.

Dando continuidade ao Pequeno Expediente, concedo a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, ao ilustre representante da segunda cidade mais importante do Estado da Bahia, deputado Carlos Geilson. V.Ex^a tem até 5 minutos e, por favor, não exceda o tempo por conta da quantidade de oradores que esperam.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Não serei gongórico, meu caro presidente. Caro amigo, deputado Joseildo Ramos, o assunto que abordo tem sido tema da imprensa nos últimos dias, que é uma declaração do marqueteiro, do publicitário Sidônio de que a diretoria do Esporte Clube Bahia dava jabá, distribuía jabá aos setores da crônica baiana, da crônica esportiva. Jabá, no sentido muito claro, é você pagar a alguém para falar bem, comprar a opinião, dar um agrado, um mimo. E depois de muitas pressões, a atual diretoria do Bahia resolveu divulgar a tal lista dos possíveis jabazeiros. E confesso que esperava uma coisa mais forte, mais aguda. O que eu vi foi uma relação comercial do Esporte Clube Bahia com setores da imprensa baiana alimentando resenhas, programas esportivos que falavam especialmente do Esporte Clube Bahia.

O Bahia é uma empresa e como tal faz os seus investimentos. O que ocorre, para ser bem claro, é que hoje fazer a imprensa esportiva é um custo muito alto. Manter um programa esportivo numa emissora de rádio tem um custo altíssimo. Você viajar para acompanhar uma equipe como a do Bahia por todo o Brasil custa cara a hospedagem, as passagens e o que se arrecada no comércio praticamente inviabiliza

esse trabalho. E aí são feitas parcerias com os clubes, nesse caso, com o Bahia. Tudo bem que essa diretoria, ao que parece, não é afeita a essa parceria. Não tem nada de amoral, não tem nada de ilegal. Você pode até questionar do ponto de vista ético. Eu pergunto ao publicitário Sidônio: quando o governo do Estado, do qual ele é marqueteiro, coloca a publicidade nos grandes programas, nas emissoras de rádio mais ouvidas, trata-se de jabá? Visa calar a boca do jornalista, visa calar a boca do apresentador de rádio ou televisão? Não. O governo está aproveitando espaços nos quais com certeza a sua mídia vai ter retorno, vai conseguir persuadir porque você vai ter a comunicação com os setores da sociedade que você imagina e que você deseja. Então, o Bahia é uma empresa e como tal alimentava programas de rádio para divulgar as coisas do Clube. Do ponto de vista legal, não vi nada que alguém me aponte que você tem uma empresa, um programa de rádio falando do clube e que esse clube ajude a bancar. Ora, onde está o problema? Pode-se questionar valores, sim, pode-se questionar as passagens, sim, esses profissionais viajavam justamente para cobrir os jogos do Bahia. Não entro nessa questão de estar pagando passagens para familiares, isso é incorreto, aí, sim, é ilegal, imoral. Mas o clube custear uma despesa, uma passagem para um radialista viajar para acompanhar o clube, alguém vai, por outro lado, do ponto de vista ético, esse profissional vai ter autonomia para fazer críticas? Essa é uma questão que vamos, do ponto de vista ético, e esse campo é muito amplo para o debate.

Quero me situar nessa questão se é legal ou ilegal. Pelo que ouvi e tenho lido na imprensa, não há nada que desabone esses profissionais, não há nada que desabone essas empresas terceirizadoras de espaços no rádio da Bahia. O rádio da Bahia é um rádio forte que tem ajudado especialmente os nossos grandes clubes Bahia e Vitória, inclusive nas vacas magras, proporcionando espaços generosos para a divulgação dos clubes para levar o torcedor ao estádio.

E agora você querer rotular esses profissionais de jabazeiros, profissionais que construíram um nome ao longo do tempo serem manchados! Acho que foi um momento de extrema infelicidade do publicitário Sidônio, ele mesmo depois reconhece que não existe lista de jabazeiros. O que há é uma lista comercial. Eu tenho uma empresa, quero divulgar, procuro algum programa para fazer a divulgação e não vejo nada amoral, nada ilegal, é apenas uma relação comercial. Aí vamos entrar num debate amplo. Mas é um clube de massa.

Pode-se ou não fazer a divulgação. Por que não se pode fazer? Deve-se fazer, sim, porque quem é radialista sabe que hoje, meu caro presidente Joseildo Ramos, manter um programa numa emissora de rádio custa muito. E tem que ir em busca de parceiros. Estes é que gerirão os proventos, os recursos necessários para manter esses espaços. Pelas notas que foram publicadas, as empresas emitiam notas para o Esporte Clube Bahia, que fazia pagamentos para manter esses espaços.

Quero dizer que o publicitário Sidônio foi muito infeliz. Ao que parece, reconhece a sua infelicidade ao dizer que não houve e que não há jabá, mas anteriormente disse.

Fica aqui a minha solidariedade a esses profissionais do rádio que construíram

seus nomes com muita luta, muito sacrifício, mas agora estão vendo seus nomes expostos na mídia como “jabazeiros” que se entregam e se vendem por passagens ou qualquer outra facilidade em algum programa de rádio para manter a resenha esportiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Dando continuidade ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre e ilustre parlamentar sempre presente a essa tribuna, deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, quero registrar que hoje pela manhã foi instalada a Comissão de Direitos da Mulher. Estamos no momento da comemoração do Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Na próxima semana, no dia 20, teremos sessão especial para discutir, debater e comemorar este importante mês, essa importante data, 8 de março.

Registro também que as mulheres têm alcançado grandes vitórias no decorrer da nossa história. Somente para se ter uma ideia, elas só tiveram direito de votar na década de 30. Nem esse direito tinham, não podiam escolher seus representantes. Mas avançaram tanto nas suas vitórias e conquistas, que temos hoje uma presidenta da República mulher. No cenário internacional igualmente temos observado os grandes avanços delas. No Brasil, o número de mulheres universitárias que estão ocupando cargos importantes e a participação feminina nos Tribunais vêm aumentando da mesma forma, consideravelmente. Esse é um sinal bastante positivo na luta contra o preconceito e a discriminação à mulher.

Mas, em que pese a todos esses avanços, precisamos combater com muita ênfase essa questão do preconceito e da discriminação. É necessário combatermos também a violência doméstica e familiar, que ainda existe e é muito forte, pois são milhares de mulheres agredidas, perseguidas e muitas vezes assassinadas. É fundamental o combate a esse grande mal, a essas agressões contra elas.

Apesar disso tudo, realmente vivemos hoje um momento de avanço. A presidenta Dilma tem contribuído muito para acabar ou pelo menos diminuir o preconceito, a discriminação à mulher. Ela própria tem sido um exemplo de mulher que vem administrando o Brasil com muita competência, melhorando a vida não apenas dos segmentos femininos porque tem tido preocupação geral, com toda a sociedade. E precisamos avançar em todas essas conquistas.

Por isso, gostaria de registrar que março é um mês muito importante porque é o mês que celebra a luta contra a opressão que atinge, principalmente, as mulheres. Nós, homens e mulheres, necessitamos avançar nessa luta pela construção duma sociedade na qual todos possam viver com dignidade, homens e mulheres, sem exploração, sem opressão, sem preconceito e sem discriminação. Devemos abraçar esta luta.

Eu e outros sindicalistas temos tido essa preocupação. O Sindicato dos Bancários da Bahia, talvez, tenha sido um dos poucos sindicatos no Brasil, na década

de 1980, que criou a diretoria para assuntos da mulher. À época, na presidência, desenvolvemos esta luta e abraçamos isso com firmeza. Precisamos dar continuidade a este processo para que possamos, efetivamente, construir uma sociedade cada vez melhor.

Quero registrar este fato no Plenário desta Assembleia Legislativa e celebrar esta importante data. Quero dizer que, no próximo dia 20 de março, estaremos juntos para celebrar este mês de luta em defesa da mulher e de toda a sociedade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Deputado Álvaro Gomes, por favor, conduza a Presidência dos trabalhos, porque eu preciso utilizar a tribuna. (O Sr. Álvaro Gomes ocupa a Presidência da Mesa no lugar do Sr. Joseildo Ramos.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, nós estivemos ocupados com os trabalhos da CPI da Telefonia na sala das comissões, pois considero este tema de extrema relevância. Hoje, discutimos os passos e as estratégias. Para começar, há situações consideradas vitais na coleta de dados como as informações e as outivas. A partir da próxima semana, portanto, de hoje a oito, será a inauguração dos depoimentos do processo que faremos para inquirir algumas entidades importantes que atuam no sistema de telecomunicações do País. Na próxima quarta-feira, estaremos com a presença da Anatel através da Diretoria de Relações Institucionais Nacional, com a representatividade da superintendência local e regional que desenvolve os trabalhos em torno dos estados da Bahia e de Sergipe.

Isso é para que possamos inquerir acerca dos trabalhos da Anatel e acerca do que nos aflige enquanto sociedade consumidora brasileira. A telefonia é um dos maiores mercados de telecomunicações do mundo ocidental, mas passa por um suplício muito grande diante da má qualidade da prestação dos serviços de telecomunicações pela falta de qualificação nas relações de consumo e do que interessa aos predados da saúde e do meio ambiente relacionado com toda a estrutura que se estabelece para servir a sociedade.

Lá, estarão os técnicos ligados à Secretaria de Infraestrutura, às assessorias jurídicas de deputados componentes da CPI, às pessoas representando a imprensa local e o órgão de imprensa também desta Casa, a fim de que possamos passar ao público baiano as informações consideradas cruciais do encaminhamento dos trabalhos desta CPI.

E fruto do esforço desenvolvido nas duas CPIs que tiveram a sua culminância nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, uma movimentação importante, acontecida nos últimos dias através de normas e intervenções que qualificarão essa relação de consumo e que melhorarão, certamente, os investimentos, aumentando-os, antecipando-os, de maneira que o sinal e a velocidade da internet, dentro de pouco tempo, comecem a melhorar em todo o país.

Não tenho dúvida de que isso já é fruto da consequência dos trabalhos que

ocorreram nos Estados do Sul. Sem sombra de dúvidas, a partir daqueles vazios que aconteceram nessas duas outras experiências, o Estado da Bahia poderá dar uma contribuição efetiva a essa discussão. Mesmo porque esta Casa precisa se ocupar de matérias estruturantes que digam respeito à qualidade de vida.

Hoje, na era da informação, na era tecnologia não poderemos ficar alheios a essa possibilidade de servir à sociedade baiana, dando uma demonstração em favor da causa pública e fazendo com essa CPI seja exemplo da manifestação do Parlamento baiano a esse chamamento, a esse clamor social que grassa Brasil afora, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Portanto, eu gostaria de dizer que todos os parlamentares deste poder devem se debruçar sobre uma matéria tão importante, de sorte que, a partir desse encaminhamento, possamos outorgar, a partir da nossa ação, um momento mais feliz, um momento de maior satisfação na relação de consumo e, principalmente, para melhorar as condições de saúde e de meio ambiente em torno dos serviços de telecomunicações no Estado da Bahia.

Muito obrigado pela sua tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Quero registrar que a atriz baiana Laila Garin foi a vencedora do Prêmio Shell de Teatro, que aconteceu no Rio de Janeiro, na última terça-feira, ontem. Ela concorreu na categoria de melhor atriz por sua atuação na peça “Elis, a musical”.

Parabéns, Laila Garin. Esse é um prêmio bastante concorrido. No mês das comemorações do Dia Internacional da Mulher – o dia é 8 de março, mas o mês inteiro é de comemorações – não poderia fazer um registro mais importante do que esse, comunicando que a baiana Laila Garin foi o destaque do Prêmio Shell de Teatro. O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Concedo a palavra à deputada Graça Pimenta pelo tempo de até 5 minutos.

A Srª GRAÇA PIMENTA:- (Lê) “Meus cumprimentos Ao (a) Senhor (a) presidente; às Senhoras deputadas, aos Senhores deputados; a Imprensa; as pessoas presentes nas galerias; aos Funcionários desta Casa; Boa tarde. Nobres parlamentares. O site Bahia Notícias divulgou notícia onde informa sobre Projeto de Lei do Senado nº 452/2012 que beneficia motoristas com deficiência com a isenção do pagamento de pedágio em rodovias. Caso o objetivo da proposta não seja concretizado no Brasil, poderemos torná-lo uma realidade na Bahia. Logo no início do mandato, apresentei o Projeto de Lei nº 19.122/2011, que concede isenção do pagamento do pedágio nas rodovias estaduais aos automóveis de propriedade dos portadores de deficiência física. A necessidade desta proposição surgiu por conta das muitas barreiras que ainda se impõem diante das pessoas citadas, impedindo-as de exercer os seus direitos de forma plena.

Um desses entraves é o pagamento do pedágio, que constitui uma ofensa ao direito fundamental de ir e vir, garantido na Constituição Federal. É neste contexto que se insere a proposta que defendo agora. A iniciativa visa compensar as dificuldades vividas pelos portadores de deficiência física, assegurando-lhes o pleno

exercício da cidadania e, acima de tudo, o direito à igualdade, também previsto na nossa legislação, desde que sejam consideradas as suas limitações.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, sendo assim, não é justo dar a essas pessoas o mesmo tratamento dado aos não deficientes físicos quanto ao pagamento de tarifas e pedágios, pois essa atitude salientaria ainda mais as desigualdades existentes. A cobrança de pedágio consiste em um fator limitador da liberdade de locomoção das pessoas portadoras de deficiência física, tendo em vista que seus rendimentos comumente são inferiores aos dos demais trabalhadores e suas despesas com produtos que lhes são vitais, a exemplo de medicamentos, consomem grande parte dos seus ganhos.

As pessoas portadoras de deficiência física possuem necessidades especiais que devem ser supridas por medidas sociais aptas a lhes propiciar uma maior qualidade de vida. Para que seja assegurada a igualdade, quanto mais direitos forem propiciados, mais digno será o viver.

Nobres parlamentares, é necessário admitir que negar tal iniciativa torna incoerente a própria existência das isenções fiscais quanto aos impostos IPI, ICMS, IOF e IPVA para facilitar a compra de automóveis pelas pessoas portadoras de deficiência. A partir do instante em que são abertos precedentes para proporcionar maiores garantias para essas pessoas, tais garantias devem ser estendidas para a máxima efetivação dos direitos.

A proposta nasce do entendimento dos efeitos negativos que os gastos com pedágio causam sobre a renda dessas pessoas, que necessitam deslocar-se por motivo de trabalho, tratamento médico ou simples lazer do interior para a capital, por exemplo. O ressarcimento da receita não arrecadada pela concessionária por conta da isenção vai ser calculado com base no volume de tráfego dos veículos de propriedade dos portadores de deficiência e no valor da tarifa correspondente.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o Poder Executivo é quem poderá promover eventuais alterações orçamentárias que se façam indispensáveis para assegurar a execução da lei. Diante das razões apresentadas aqui, conto com o pleno apoio dos ilustres pares na aprovação deste projeto. Temos que fazer justiça a esse grupo social já tão estigmatizado da nossa sociedade.

Muito obrigada.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, considerando que a sessão de ontem terminou muito tarde e que muitos parlamentares estão participando de outras atividades, solicito de V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- V.Ex^a será atendido.

Contamos com a presença de apenas quatro Srs. Deputados em Plenário. Não havendo número suficiente, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*